

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.492 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2002

Aprovado programa de incentivo à região de fronteira com Mercosul

Projeto que cria o Programa Grande Fronteira do Mercosul foi aprovado ontem pelo Senado e vai agora à sanção presidencial. Proposta beneficia os municípios de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul localizados na faixa de até 450 quilômetros da fronteira brasileira com Argentina, Paraguai e Uruguai. Estão previstas ações para fixação do homem no campo, desenvolvimento econômico e social e integração regional ao Mercosul.

PÁGINA 3

COMISSÕES

Bustani: Brasil perdeu espaço na crise da Opaq

Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o embaixador José Maurício Bustani relatou o episódio de sua destituição do cargo de diretor-geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas (Opaq). Segundo ele, o Brasil perdeu espaço político e diplomático na crise.

PÁGINA 8



Bustani (com os senadores Jefferson Péres e João Alberto) defendeu um esforço de mobilização internacional contra a política externa dos EUA

CAE quer acompanhar melhor a política monetária

Comissão aprova proposta que permitirá melhor acompanhamento das decisões do Conselho Monetário Nacional e do Comitê de Política Monetária.

PÁGINA 4

Começa debate com candidatos sobre moradia

PÁGINAS 6 E 7



Anthony Garotinho foi o primeiro presidenciável a falar no ciclo de debates da Subcomissão de Moradia



Comissão de Educação aprovou classificação etária para diversões e espetáculos públicos, incluindo programas de TV

Espectáculos podem ter classificação por idade

PÁGINA 9

Plenário vota hoje abertura da mídia a capital estrangeiro

PÁGINA 3

Comissão de Justiça examina hoje novas alternativas ao serviço militar

Projeto de lei do senador Pedro Simon amplia as opções para a realização do serviço, que poderá ser prestado em órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário e nas três esferas de governo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que amplia as possibilidades de realização do serviço militar alternativo. De acordo com a proposta, o serviço poderá ser prestado em órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e nas três esferas de governo — federal, estadual e municipal.

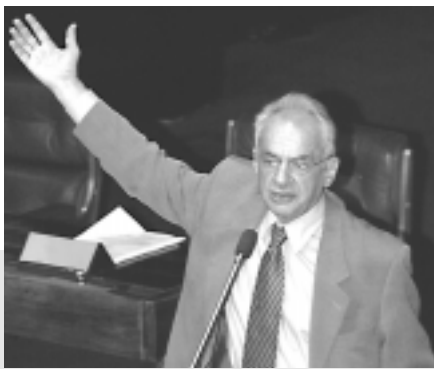
Na justificativa da proposta, Simon diz que pretende estimular uma maior participação da juventude “na solução dos problemas de nossa sociedade”. Emenda apresentada pelo relator, Romeu Tuma (PFL-SP), exclui a opção preferencial pela realização do serviço em órgãos municipais.

A comissão deverá votar, em turno suplementar, projeto de lei

do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que amplia as penas para os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Segundo substitutivo apresentado pelo relator, Romeu Tuma, a corrupção de menores passará a ser punida com reclusão de dois a seis anos — atualmente, a pena vai de um a quatro anos.

Também em turno suplementar, será votado substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui cotas para negros e pardos em concursos públicos, nas universidades e nos contratos de crédito educativo pelos próximos 50 anos.

Uma vez confirmada a aprova-



Proposta estimulará participação de jovens na solução de problemas nacionais, diz Simon

ção ocorrida durante a primeira votação das duas matérias, em abril, ambas poderão seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, já que tramitam em caráter terminativo. Elas só serão analisadas em Plenário se forem apresentados recursos por, no

mínimo, nove senadores.

Também será analisada proposta de emenda à Constituição de Roberto Requião (PMDB-PR) que permite a regulamentação, por mais de uma lei complementar, das normas gerais da Constituição que tratam das finanças públicas.

Requião sustenta que a regulamentação das normas financeiras por uma só lei complementar, como estabelece atualmente a Constituição, “figura inconveniente pelo vulto e complexidade que tal texto normativo assumiria”. Até o momento, recorda o autor, não foi cumprido o dispositivo constitucional que prevê a regulamentação, por lei complementar, das normas de elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dos orçamentos anuais da União.

Indicado ao STF, Gilmar Mendes é sabatinado hoje

O advogado-geral da União, Gilmar Mendes, será sabatinado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele foi indicado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Neri da Silveira.

O relator da matéria é o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Após a sabatina, os senadores que integram a CCJ decidirão em votação secreta se acolhem a indicação de Gilmar Mendes para o STF.

Cabral quer votar CPMF na comissão até dia 29

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), informou ontem que a proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2004 será votada pela comissão até o dia 29. Ele próprio será o relator da matéria. A indicação foi feita pelo líder do PFL, senador José Agripino (RN).

Cabral disse que não pretende apressar a tramitação da matéria, encurtando os prazos regimentais, que são de 15 dias para apresentação do parecer do relator e mais 15 para votação. Ele acredita, no entanto, que o assunto estará encerrado na CCJ em 23 dias.

— Vou examinar o projeto e as emendas apresentadas pensando no interesse do governo, que não

quer perder receitas, e no interesse do povo, que paga a contribuição — afirmou. Ele acha difícil antecipar “em muitos dias” os prazos para a tramitação da matéria na CCJ e no Plenário do Senado. Por lei, explicou, não há como eliminar os prazos de discussão de uma proposta de emenda constitucional pelo Plenário.

— Com acordo partidário, o máximo que se pode fazer é realizar sessões deliberativas de segunda a sexta-feira para apressar a tramitação — observou.

A atual fase de cobrança da CPMF será encerrada dia 16 de junho. Pela Constituição, ela só poderá ser cobrada novamente 90 dias depois que o Congresso tiver aprovado sua prorrogação. Para evitar interrupção de receitas, a emenda deveria ter sido aprovada no Senado no dia 16 de março



Bernardo Cabral foi escolhido relator da proposta que prorroga cobrança do tributo

último, o que não ocorreu porque a pauta de votações da Câmara esteve trancada. À época, quase 20 medidas provisórias impediam a votação de projetos de lei e emendas constitucionais, até que fosse feito um acordo partidário em torno das MPs.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Participa da cerimônia de instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), no Plenário do Senado
15h30 — Preside a sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 151/02, aprova texto do Acordo sobre a Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e da Coréia; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição federal, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos; Mensagens submetendo à deliberação do Senado a escolha dos nomes de Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdennur para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer também o cargo de embaixador junto às Repúblicas Eslovaca e da Croácia; e de Marco Antônio Diniz Brandão para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer também o cargo de embaixador junto ao Reino do Camboja e da União Mianmar; Parecer nº 302/02, submete à apreciação do Senado o nome de Luiz Francisco Silva Marcos para exercer o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT); entre outras matérias.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

10h — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissão Mista da Crise Energética. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h — Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 2.218, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Região da fronteira com Mercosul terá mais recursos

Foi aprovado pelo Plenário programa que beneficia os municípios localizados na faixa de até 450 quilômetros de largura na divisa com Argentina, Paraguai e Uruguai. Verbas serão destinadas a projetos de infra-estrutura, pesquisa e meio ambiente

Plenário discute capital externo nas comunicações

O Senado vota hoje em primeiro turno a proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. De acordo com a proposta, o aporte de dinheiro externo deverá se limitar a 30% do capital das empresas. A emenda determina ainda que a direção editorial dos veículos de comunicação será privativo de brasileiros.

Também em primeiro turno, será votada a PEC que dá aos partidos políticos autonomia para fazerem nos estados coligações diferentes das firmadas em torno da eleição para a Presidência da República. Na prática, a PEC torna sem efeito a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que impôs a verticalização das coligações.

A pauta do Plenário também prevê a discussão da proposta que proíbe a reeleição, por mais de um mandato, dos presidentes de federações e confederações desportivas, e da proposta que limita os gastos com publicidade pelos órgãos governamentais.

Duas rádios comunitárias obtêm autorização

Os senadores aprovaram ontem projetos de decreto legislativo que autorizam a execução de serviço de rádio comunitária pela Associação de Cooperação de Desenvolvimento da cidade de Massapê (CE) e Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde (BA).

Também foi aprovada pelo Plenário a outorga de permissão para a Rádio Tucano FM, na cidade baiana de Tucano.

O Senado aprovou ontem o Programa Grande Fronteira do Mercosul, a ser implementado na área formada por municípios dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul localizados na faixa de até 450 quilômetros de largura da fronteira brasileira com Argentina, Paraguai e Uruguai. Os objetivos do programa são a fixação do homem no campo, o fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento econômico e social e a integração da região ao Mercosul. A proposta, de autoria do deputado federal Antônio Carlos Konder Reis (PFL-SC),



Segundo Gilberto Mestrinho, projeto contribui para consolidação do Mercosul

vai agora à sanção presidencial.

— O projeto atende aos esforços que precisam ser feitos para a participação do país na consolidação do Mercosul — afirmou o senador Gilberto Mestrinho

Senadores destacam as qualidades do programa

O desestímulo ao êxodo rural e a criação de mecanismos de incentivo à fixação do homem no campo foram destacados como qualidades do projeto, aprovado pelo Plenário, que institui o Programa Grande Fronteira do Mercosul. Para a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), a iniciativa permitirá que se explore o potencial das regiões de fronteiras em Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fortalecendo a agricultura familiar. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) disse que o projeto deve evitar a “litoralização” do desenvolvimento nos estados da Região Centro-Sul.

— É preciso dar condições para que o homem do interior ali permaneça com cidadania — observou Althoff. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), “a fixação das populações na fronteira fortalecerá social, econômica e politicamente a região”.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que apenas 20% da população brasileira vive no campo, o que acaba aumen-

tando os problemas urbanos, frisou. A Grande Fronteira do Mercosul deve abranger cerca de 100 municípios catarinenses, disse o senador. “O que se quer é um tratamento diferenciado para esses municípios, e fixar a população no meio rural”, salientou.

Também foi ressaltada a importância do desenvolvimento da região para o fortalecimento do Mercosul. “Esse projeto é uma sobrevida para o Mercosul, que agoniza na mesma intensidade em que falece a economia argentina. É importante que os países membros despendam esforços para garantir a consolidação do bloco”, afirmou o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse que o Mercosul não pode progredir com uma região de fronteira empobrecida e com problemas sociais crônicos. O senador Álvaro Dias (PDT-PR) demonstrou preocupação com os problemas socioeconômicos na fronteira paranaense. Ele chamou atenção para dados que indicam taxas de apenas 30% de ocupação nos hotéis

(PMDB-AM), relator do texto.

Os recursos do Programa Grande Fronteira do Mercosul serão aplicados em projetos voltados para a instalação de centros de convivência social rural, a realização de obras de infra-estrutura em transporte e energia, a defesa sanitária e a criação de núcleos de pesquisa científica e tecnológica. Recursos deverão também ser destinados à proteção do meio ambiente e gerenciamento de recursos hídricos.

Na esfera federal, o programa será gerenciado pelo Ministério da Integração Nacional. No âmbito dos estados e dos municípios, pelos órgãos determinados pelas legislações locais.

de Foz do Iguaçu, provocados em parte pelos “esforços dos Estados Unidos” em divulgar a imagem de que a região é foco de terroristas.

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), viu aspectos estratégicos importantes na aprovação do projeto. Ele anunciou a realização de estudos pelo Ministério das Relações Exteriores para promover a integração da região brasileira de fronteira com os demais países do Mercosul.

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) fez apenas uma ressalva quanto à possibilidade de que os programas ambientais na região impeçam a realização de atividades produtivas. Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a decisão do governo de instituir as mesorregiões, para sistematizar programas de desenvolvimento em municípios de características semelhantes, como é o caso da área da fronteira.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lamentou que o projeto não beneficie municípios do sul de Mato Grosso.



Wellington Roberto solicitou a audiência com Francisco Antônio de Oliveira

Presidente do TRT falará sobre irregularidades

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Francisco Antônio de Oliveira, comparece hoje à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para prestar informações sobre as obras de construção da sede do órgão. A audiência pública foi requerida pelo senador Wellington Roberto (PTB-PB). O início do depoimento está previsto para as 11h30.

A construção do edifício do TRT de São Paulo foi paralisada em virtude de denúncias de superfaturamento, apuradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário. O relatório final da CPI concluiu que, de fato, as obras do TRT paulista haviam sido superfaturadas. Os trabalhos da comissão provocaram, entre outros fatos, a cassação do senador Luiz Estevão e a prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do tribunal. Até hoje, o juiz está preso.

AUDITORIAS

A segunda parte da reunião da CFC será destinada ao exame de oito relatórios enviados ao Senado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a auditorias realizadas em prefeituras, órgãos do governo federal e tribunais de justiça dos estados. Os relatórios tratam de suspeitas e de denúncias de irregularidades na execução de licitações, contratos, acordos, subvenções e convênios.



Geraldo Althoff, Casildo Maldaner e Juvêncio da Fonseca ressaltaram aspectos econômicos do projeto



CAE amplia acompanhamento da política monetária

Substitutivo aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos determina que o presidente do Banco Central prestará esclarecimentos ao Senado sobre as decisões do CMN e Copom. Proposta será ainda levada a Plenário

As decisões adotadas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Comitê de Política Monetária (Copom) vão poder ser melhor acompanhadas pelo Senado. É o que prevê substitutivo do senador licenciado Bello Parga (PFL-MA) a projeto do senador Paulo Hartung.



Bello Parga apresentou substitutivo ao projeto de autoria de Paulo Hartung. Texto aprovado garante maior fiscalização da política monetária



Fotos: Célio Azevedo

reunião do Copom. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a manutenção da proposta original. Ela alega que os flexíveis mecanismos de discussão da política monetária sugeridos por Bello Parga já existem, sendo previstos inclusive na Lei de Responsabilidade Fiscal, que aponta para prestação de contas ao Legislativo, num período de quatro meses após a tomada de decisão, pelo Executivo, sobre a política econômica.

TUMULTO O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), após manifestar seu voto favorável ao substitutivo do relator, disse temer que a proposta original pudesse "tumultuar o processo decisório de política econômica".

O projeto original, rejeitado na CAE por um voto, determinava a realização de reuniões explicativas com autoridades monetárias num prazo de até cinco dias após cada

reunião do Copom. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a manutenção da proposta original. Ela alega que os flexíveis mecanismos de discussão da política monetária sugeridos por Bello Parga já existem, sendo previstos inclusive na Lei de Responsabilidade Fiscal, que aponta para prestação de contas ao Legislativo, num período de quatro meses após a tomada de decisão, pelo Executivo, sobre a política econômica.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), após manifestar seu voto favorável ao substitutivo do relator, disse temer que a proposta original pudesse "tumultuar o processo decisório de política econômica".

monetária", área extremamente sensível. Essa mesma opinião foi manifestada pelo vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), embora atuando como relator substituto,

manifestou-se contrário ao parecer de Bello Parga e favorável à proposta original, de Paulo Hartung. Disse, entretanto, ter receio de que a CAE não desse conta de realizar as reuniões da forma como constava na proposta original, chegando a sugerir que fossem realizadas toda quinta-feira à tarde, portanto, em dia e hora diferentes do previsto para as reuniões ordinárias.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) também se manifestou favorável à proposta original. Posição idêntica teve o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem as reuniões do Copom "tinham de ser transmitidas ao vivo, pela TV Senado", devido à sua importância para o país.



Marco Aurélio Mello deverá comparecer à CAE na próxima terça-feira

caso, os valores seriam corrigidos pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), utilizada nos títulos federais da dívida pública. Atualmente a taxa Selic está fixada em 18,5% ao ano.

Segundo enfatizou Tuma, o objetivo da proposta é conseguir que estados e DF tenham os recursos financeiros necessários para honrar os débitos com precatórios alimentares. "O mérito do projeto é inegável. Sem qualquer ônus adicional para os contribuintes, ele cria um fluxo permanente de recursos financeiros destinado ao pagamento dos precatórios de natureza alimentícia."



CAE aprovou ontem requerimento para realização de audiência pública entre franqueados e franqueadores da rede de lanchonetes

Comissão tentará acordo com a rede McDonald's

Em reunião realizada ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para realização de audiência pública entre franqueadores e franqueados da rede de lanchonetes McDonald's do Brasil. O encontro, que deve contar com a participação de representantes da Secretaria de Direito Econômico (SDE) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) — ambos do Ministério da Justiça —, objetiva obter acordo que supere os conflitos entre os dois grupos, justificou o senador.

Suplicy acredita que o Senado deve acompanhar melhor as questões relativas à franquia, sistema que rege atualmente vários setores do mercado, como o automobilístico, de cosméticos e perfumaria e de alimentação, como o próprio McDonald's, observou. Ele também frisou a importância da reunião para que os senadores possam recolher subsídios a fim de aperfeiçoar a legislação que regulamenta o sistema de franquias.

MONOPÓLIOS

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN), autor de projeto que regula o setor, apoiou o requerimento. Conforme afirmou, os franqueadores, especialmente os estrangeiros, atuam de forma exploradora em relação aos franqueados.

— E é preciso deixar claro para

a população que, da forma como acontece hoje, os franqueadores detêm verdadeiros monopólios em que tentam ganhar o máximo dos franqueados — afirmou Bezerra. Ele acrescentou que o problema afeta também os franqueados do meio rural.

DESEQUILÍBRIO

Os integrantes da CAE também aprovaram requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitando o envio de cópia de discurso do senador Lindberg Cury (PFL-DF) à Secretaria de Direito Econômico. No pronunciamento, proferido em Plenário no mês de abril, Lindberg denuncia os desequilíbrios na relação entre franqueadores e franqueados brasileiros da rede McDonald's.

Lindberg Cury contou ter tentado, pessoalmente e com resultados infrutíferos, promover acordo entre as partes da franquia. Segundo disse, existem três grupos: a presidência do McDonald's do Brasil, a Associação Brasileira dos Franqueados do McDonald's e a Associação dos Franqueados Independentes do McDonald's. Os dois primeiros, afirmou, estão alinhados contra o terceiro.

— O que a maior parte dos franqueados reivindica é a definição de regras mais paritárias com os franqueadores, pois muitos estão sendo prejudicados e nós devemos apoiar e preservar os direitos das empresas brasileiras — defendeu Lindberg.

Presidente do STF discutirá o pagamento de precatório

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima terça-feira, dia 14. Ele discutirá aspectos jurídicos da criação de mecanismo capaz de garantir aos estados e Distrito Federal recursos a serem utilizados no pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentar. Projeto de lei da Câmara com esse teor tramita na comissão. O requerimento sugerindo a vinda de Marco Aurélio foi apresentado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL).

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), autor de substitutivo ao projeto, pediu urgência na discussão da proposta, devido à situação de carência vivida pelos estados. Somente o estado de São Paulo, exemplificou, deve atualmente

cerca de R\$ 2,5 bilhões em precatórios alimentares, e não tem como pagá-los.

O substitutivo permite que os depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a tributos, feitos em dinheiro, mesmo que inscritos na dívida ativa, sejam efetuados em estabelecimento oficial dos estados e do Distrito Federal ou em instituição financeira oficial da União. Num prazo de 48 horas, metade do valor depositado seria transferida para contas dos governos estaduais e DF, que utilizarão os recursos no pagamento desses precatórios.

Está ainda prevista criação de fundo especial, formado com 20% dos recursos oriundos dos depósitos judiciais e extrajudiciais, para garantir a imediata devolução dos valores requisitados pelos contribuintes, no caso de obtiverem ganho de causa na Justiça. Nesse

Constituída Subcomissão de Comércio Exterior

Colegiado atuará como fórum permanente destinado a observar relações comerciais do Brasil com outros países. Waldeck Ornélas, autor da proposta, defende que acordos internacionais passem preliminarmente pelo crivo do Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) constituiu ontem uma Subcomissão de Comércio Exterior, com o objetivo de atuar como um fórum especial e permanente para observar com atenção os assuntos relacionados ao comércio exterior, conforme requerimento aprovado do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

O autor da proposta argumentou que são crescentes as barreiras econômicas impostas, principalmente pelos países desenvolvidos, a produtos brasileiros. Ele citou o caso recente da sobretaxa de 30% cobrada pelos Estados

Unidos da América sobre o aço exportado pelo Brasil e também as constantes barreiras agrícolas praticadas pelos países da União Européia aos produtos de outros países.

Ornélas lembrou que, paralelamente a essas questões, o Brasil vem discutindo e negociando acordos comerciais junto ao Mercosul e à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Daí a importância, no seu entender, de o Senado buscar uma maior participação nas decisões relativas à política externa e ao comércio exterior.

— Somente a vinda de ministros

ao Plenário para explicar a posição do país não é suficiente, pois não há desdobramentos desses debates — afirmou.

O senador disse ainda que é provável que a nova comissão estude a possibilidade de mudar a Constituição para estabelecer que os acordos e contratos com outros países passem, preliminarmente, pelo crivo do Senado. Pelas regras vigentes, os tratados e acordos são analisados pelo Senado após definição do Executivo, o que, na sua opinião, está em dissonância com o atual modelo de globalização dos mercados.



Célio Azevedo

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a criação do órgão, que ampliará a participação do Senado nas decisões sobre política externa

Plebiscito sobre adesão à Alca deve ser votado dia 14

O projeto de decreto legislativo que propõe a realização de plebiscito sobre a suspensão das negociações para a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio da América (Alca) deve ser votado na reunião da Comissão Parlamentar do Mercosul do dia 14. O senador Luiz Otávio (PPB-PA), representando a liderança do governo no Senado, pediu vista do projeto, que estava na pauta da reunião de ontem da comissão.

O projeto original, de autoria de Roberto Saturnino (sem partido-RJ), propunha a suspensão das negociações por 20 anos, mas emenda da relatora, Emilia Fernandes (PT-RS), reduziu o prazo de suspensão das negociações de 20 para 15 anos e substituiu o plebiscito (consulta prévia) por um referendo (consulta posterior). Ela atendeu a sugestões de membros da comissão que entenderam ser mais eficiente a realização de uma consulta popular posterior às negociações do acordo, quando os termos definitivos da Alca já tiverem sido fechados.



Márcia Kallume

Roberto Requião informou ter requisitado documentos sobre formação da Alca

O presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), anunciou ter requisitado do Ministério das Relações Exteriores o documento com o inteiro teor da proposta norte-americana sobre a formação da Alca, para que deputados e senadores tenham mais subsídios para a discussão da proposta.

Na reunião de ontem, a comissão aprovou o envio de uma delegação de três senadores e três deputados a Madri (Espanha), no dia 17 próximo, para participarem de uma reunião visando fortalecer os Parlatentos de Integração Regional da América do Sul e Caribe, expandindo as relações entre esses organismos e o Parlamento Europeu.



Márcia Kallume

Senador Antonio Carlos Valadares, 2º vice-presidente da Casa, recebeu ontem, em seu gabinete, a visita do embaixador da Coreia do Sul no Brasil, Myongbai Kim.

Dívida pública limita desenvolvimento, diz Álvaro

Sem propostas objetivas para o Brasil enfrentar os impasses da dívida pública e das restrições às exportações, nenhum candidato a presidente da República pode assumir o compromisso de que fará o país retomar seu



Roosevelt Pinheiro

Para Álvaro Dias, país exporta matéria-prima por falta de tecnologia

crescimento, disse ontem Álvaro Dias (PDT-PR). O senador entende que os países em desenvolvimento devem exigir do mundo desenvolvido tratamento igual para seus produtos.

Álvaro Dias disse que, quando adotou salvaguardas contra o

aço brasileiro, os Estados Unidos partiram de uma ideia falsa. Na análise do parlamentar, o governo norte-americano não quis reconhecer que a indústria siderúrgica brasileira é eficiente e competitiva porque está próxima das jazidas e porque o país tem minério de excelente qualidade.

O senador ressaltou que o Brasil não pode impedir que os países europeus ofereçam US\$ 60 bilhões anualmente em subsídios para a agricultura, acrescentando que a dívida pública brasileira,

interna e externa, que alcança hoje 55% do PIB, impede investimentos em setores fundamentais para o desenvolvimento.

Álvaro Dias reconheceu que o governo obteve relativo êxito na administração da dívida externa, alongando-a para torná-la menos sufocante. Mas, no que diz respeito à dívida interna, ele disse que o governo ainda não encontrou o caminho para sua administração de forma compatível com a realidade econômica do país.

Na mesma análise, ele disse que o Brasil ainda é obrigado a exportar muita matéria-prima por não ter alcançado os patamares tecnológicos exigidos pela globalização, o que tolhe seu desenvolvimento.

Tebet recebe visita do presidente da Armênia

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita oficial do presidente da República da Armênia, Robert Kocharian. Durante o encontro, Tebet ressaltou a importância de o Poder Legislativo estreitar relações com outros países. Para Tebet, essa é a melhor forma do Legislativo ganhar força em um mundo cada vez mais globalizado.

Tebet também destacou a importância da visita para o estreitamento dos laços entre o Brasil e a Armênia. O presidente armênio, por sua vez, afirmou que a melhor forma de conhecer um país é visitando-o.

Estiveram presentes na reunião, realizada no Salão Nobre do Senado Federal, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o presidente da Comissão de Relações Exteriores,



Genildo Magalhães

Ramez Tebet, em reunião com o presidente da Armênia, Robert Kocharian (C), destaca importância da visita para os dois países

Jefferson Péres (PDT-AM).

COCA-COLA

Ramez Tebet recebeu também o vice-presidente da Coca-Cola, Brian Dyson, que veio ao Brasil participar das comemorações dos 60 anos de operações da empresa no país. O vice-presidente do Senado, Edison Lobão, também estava presente à audiência.

Durante a conversa, Dyson as-

segurou aos senadores o propósito da empresa de colaborar para o desenvolvimento econômico dos países onde está estabelecida. Atualmente, a Coca-Cola reúne 42 fábricas operadas por 16 grupos empresariais no Brasil, com cerca de 25 mil funcionários e frota de 10 mil veículos. A empresa abastece um milhão de pontos de venda em todo o país.



Com o objetivo de incluir o problema da habitação na agenda política, a Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano iniciou ontem o ciclo de debates “Moradia – Um Sonho Possível”. Da primeira etapa participou o pré-candidato do PSB à Presidência da República, Anthony Garotinho.

Subcomissão abre debates sobre moradia

A Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), deu início ontem ao ciclo de debates “Moradia – Um Sonho Possível”, com a participação do pré-candidato do PSB à Presidência da República, Anthony Garotinho, do campeão mundial de boxe Acelino Popó Freitas, da coordenadora do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Graziá de Graziá, e do presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Wilson Lang.

O presidente da subcomissão, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), destacou a moradia como um dos principais direitos da população, que, por isso, deve ser encarada como prioridade pelos candidatos à Presidência. Para iniciar os debates, Mauro apontou a necessidade de o Brasil, onde mais de 81% da população vivem em áreas urbanas, conseguir dar um lar aos mais de 6,6 milhões de famílias que não têm teto.

Relator da proposta de emenda à Constituição de autoria de Mauro que incluiu a moradia entre os direitos individuais do cidadão, o presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), concordou com a opinião de seu colega, por considerar “fundamental” o direito de cada família “ter o seu teto para morar”.

Como vice-presidente da subcomissão, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) lembrou que a maior parte do déficit habitacional brasileiro está no Nordeste. Para ela, o país precisa de um órgão que conduza uma política de habitação digna.

– Se fizermos apenas a casa, sem que haja saneamento, geração de renda e escolas para os filhos, não estaremos fazendo nada. Esta subcomissão é importante para que cada candidato ponha a questão da moradia claramente em seu programa de governo – afirmou.

Durante a discussão, os representantes do Confea e do fórum entregaram propostas de legislação e de programas que podem levar ao fim do déficit habitacional. Garotinho apresentou suas propostas para o setor e Popó destacou a importância da moradia como fator que pode dignificar o ser humano e abrir oportunidades para setores hoje excluídos do processo econômico.



Fotos: Célio Azeneido

Com o ciclo de debates, Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano pretende chamar a atenção para o problema habitacional no país

Garotinho critica governo federal e sugere Ministério da Habitação

O ex-governador do Rio de Janeiro e pré-candidato do PSB à Presidência da República, Anthony Garotinho, criticou o governo federal por não ter dado, nos sete anos da administração do presidente Fernando Henrique Cardoso, prioridade à questão habitacional no país. Para mudar essa situação, Garotinho propõe a criação do Ministério da Habitação como forma de dar coerência às ações da União nessa área.

– O governo federal tratou a questão da habitação com desleixo no Brasil. É inadmissível que o Brasil, desde o fim do BNH (Banco Nacional da Habitação), não tenha um órgão para cuidar da política habitacional. A Caixa Econômica Federal (CEF), que deveria fazê-lo, não o faz. O (Programa) Habitar Brasil não funciona – analisou o ex-governador do RJ, que prometeu enviar à subcomissão as suas propostas de governo.

Garotinho aproveitou o ciclo de debates para falar sobre os projetos na área habitacional que de-

envolveu durante sua administração no Rio, entre janeiro de 1999 e abril deste ano. O programa “Morar Feliz”, afirmou, promoveu a construção de casas populares para pessoas que viviam em regiões de risco, como barracos de papelão, em encostas ou debaixo de viadutos. O ex-governador disse que 35 mil casas foram construídas naquele período com recursos próprios, sem financiamento externo ou repasses do governo federal.

O ex-governador explicou o funcionamento do programa “Cheque Morar Feliz”, pelo qual mutuários da CEF sem condições de pagar em dia a prestação da casa própria recebiam um cheque de R\$ 75 que podia ser usado na compra de alimentos em supermercados. Em troca, os supermercados abatiam o valor da quantia devida de ICMS.

– Onde o programa foi implantado, a inadimplência quase chegou a zero – afirmou Garotinho, calculando que o cheque garan-

tia que a família teria entre 40% e 50% do valor da prestação disponível para o pagamento.

O governo do Rio, continuou Garotinho, também criou o “kit construção”, em que era oferecido, gratuitamente, a famílias de baixa renda, projeto de planta básica com a discriminação do material de construção necessário para erguer uma moradia. Da mesma forma, o valor do material podia ser abatido do valor devido de ICMS pelas lojas do ramo. De acordo com o presidencial, o programa foi criado depois de a administração ter detectado que muitas famílias, apesar de possuírem terreno, não tinham condições de empreender a construção.

Garotinho solicitou a projeção de um vídeo de sete

minutos sobre as realizações de seu governo na área, com depoimentos de pessoas beneficiadas que, de outra forma, não teriam condições de assumir prestações junto a instituições financeiras. O seu governo, disse ainda, patrocinou a reforma de conjuntos habitacionais que favoreceu 225 mil famílias.



Garotinho aponta “desleixo” do governo

“O fundamental é que a pessoa tenha um local para onde voltar depois do trabalho”, afirma o campeão mundial de boxe Acelino Popó de Freitas, em debate na Subcomissão de Moradia. Senadores ressaltam que a questão da moradia deve receber maior atenção do governo federal.



Popó: “Minha vida mudou depois que eu pude dar uma casa para minha mãe”

Em depoimento ontem à Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, o campeão mundial de boxe, Acelino Popó de Freitas, contou sua história de menino pobre da periferia de Salvador. Segundo ele, mesmo com um currículo que já somava diversas vitórias, às vésperas da disputa do título mundial, ainda era obrigado a dormir no chão. Depois que passou a ter a certeza de que se tornaria campeão, decidiu comprar uma casa a prazo, o que, na sua opinião, foi fundamental para o seu futuro.

– Deu tudo certo. Me venderam a casa fiado e eu me tornei campeão mundial. Minha vida mudou depois que eu pude dar uma casa



O campeão Acelino Popó de Freitas narra aos senadores sua história de menino pobre da periferia de Salvador

para minha mãe e para meus irmãos. A moradia é a coisa mais importante para uma pessoa, para que não se tenha a preocupação de tirar até do que comer para pagar a casa própria. O fundamental é que uma pessoa tenha

um local para onde voltar depois do trabalho, um lar – afirmou, esclarecendo que não falava à subcomissão apenas como atleta, mas também como político que desenvolve ações sociais relacionadas ao esporte na Bahia.

Senadores cobram maior atenção do governo

Os senadores da Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ressaltaram em suas intervenções durante a audiência pública com o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho que a questão habitacional deve receber maior atenção do governo federal.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) parabenizou Garotinho por sua proposta de criação de um ministério que se responsabilize pelo problema da moradia. Ele também condenou o governo federal por não haver dado

a atenção necessária ao déficit habitacional brasileiro nos últimos anos.

Na mesma linha, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou a exposição dos representantes do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e do Fórum Nacional de Reforma Urbana por acreditar que a ausência de uma política habitacional põe em risco a cidadania de milhões de brasileiros.

Na opinião de Ademir Andrade (PSB-PA), o Estado brasileiro está completamente ausente da

área da política habitacional urbana. Por isso, o senador aplaudiu a idéia do ex-governador Anthony Garotinho de criar o Ministério da Habitação. Ademir também criticou a falta de uma política rural para fixar o homem no campo.

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), por sua vez, disse acreditar que as soluções para a política urbana no Brasil podem ser buscadas nos municípios, que, na sua opinião, têm a criatividade necessária para implantar os projetos que melhor atendam às necessidades locais.

Técnicos defendem política habitacional para os pobres

O próximo presidente da República deverá encarar a questão da moradia e adotar uma política habitacional descentralizada, envolvendo a participação direta de prefeitos e governadores, destinada a atender prioritariamente a população de baixa renda. Foi o que defendeu o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Wilson Lang, durante o ciclo de debates patrocinado pela Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano. A coordenadora do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Grazia de Grazia, que também participou da audiência pública, informou que 6 milhões e 600 mil famílias estão sem moradia digna no país.

Wilson Lang manifestou o entendimento de que a definição da política habitacional deve vir atrelada a um conjunto de providências, como saneamento básico, transporte decente para a população, educação, saúde, emprego e uma política concreta de combate a um mal que, segundo ele, vem destruindo as cidades: a violência. A seu ver, a reforma urbana é peça imprescindível para que a política habitacional tenha sucesso.

O presidente do Confea reconheceu que a elaboração de uma política habitacional séria, destinada a resolver o problema da moradia no país, não é tarefa fácil. Por isso, pediu a participação

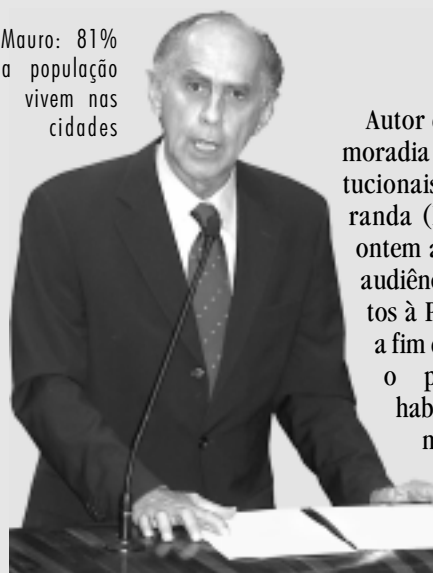
direta do Poder Legislativo e da sociedade organizada para que a questão da moradia ganhe novos rumos. Ele elogiou a aprovação, no ano passado, do Estatuto da Cidade pelo Congresso Nacional.

PROGRAMAS

Wilson Lang informou à subcomissão que a entidade que dirige vem contribuindo para atender às famílias de baixa renda com relação à moradia. É que voluntários dos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Creas) já estão disponibilizando programas de engenharia e arquitetura públicas voltados para a população carente. Ao final de sua exposição, Wilson Lang entregou ao presidenciável Anthony Garotinho, que também participou do encontro, as propostas da entidade visando à definição de uma nova política habitacional.

O déficit de moradias no país “chega a assustar”, reconheceu Grazia de Grazia, que também é assessora do Núcleo de Cidadania, Políticas Públicas e Urbanas da Federação para Assistência Social e Educacional (Fase/Rio). Grazia, que também defendeu a adoção de uma política habitacional para o país, de modo a garantir a todos os brasileiros, principalmente os mais carentes, o direito a um teto, entende que o governo federal deve ser o principal responsável pela construção de moradias.

Mauro: 81% da população vivem nas cidades



Mauro Miranda comemora resultado de audiência

Autor da emenda que incluiu a moradia entre os direitos constitucionais, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) comemorou ontem a realização da primeira audiência com os pré-candidatos à Presidência da República a fim de debater soluções para o problema do déficit habitacional brasileiro. O primeiro debatedor foi o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho. Também participa-

ram do encontro o campeão mundial de boxe Acelino Popó de Freitas, a coordenadora do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Grazia de Grazia, e o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Wilson Lang.

Mauro Miranda observou que a idéia é aproveitar o ano eleitoral – “quando são definidas as prioridades para o país” – para que os postulantes à Presidência apresentem suas propostas para o se-

tor habitacional e para o desenvolvimento urbano.

– 81% da população vivem nas cidades e 47% moram em apenas 49 cidades. Estes números comprovam o caos do nosso meio urbano, com 6,6 milhões de famílias sem teto, totalizando cerca de 25 milhões de brasileiros sem casa para morar – afirmou o senador, chamando atenção para a gravidade do problema.

Mauro Miranda admitiu que o período de um mandato não é sufi-

ciente para a solução do problema, mas razoável para a definição de uma política habitacional. De acordo com o senador, Garotinho se comprometeu, caso seja eleito, a criar um ministério com este fim específico. Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a descentralização das ações no setor.

No próximo dia 21, a Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano ouve o pré-candidato do PPS, Ciro Gomes.

Para Bustani, Brasil perdeu espaço no caso Opaq

Afastado da Organização para Proscrição de Armas Químicas por pressões dos Estados Unidos, embaixador defende em audiência no Senado mobilização mundial para se opor à política externa norte-americana

O embaixador José Maurício Bustani disse ontem, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que o Brasil, por não marcar uma posição, perdeu espaço político e diplomático na crise gerada com a sua destituição do cargo de diretor-geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas (Opaq). Bustani defendeu

um esforço de mobilização internacional para se opor à política externa norte-americana e rejeitar qualquer atitude semelhante à ação desenvolvida na Opaq para afastá-lo do cargo.

Evitando criticar a falta de apoio por parte do Itamaraty, Bustani afirmou que o presidente da República "foi extremamente amigo" e lembrou ter sido escolhido duas vezes por Fernando Henrique para representar o Brasil na Opaq. O embaixador reiterou informações já tornadas públicas em entrevista concedida à revista *Veja*, principalmente sobre as pressões que sofreu da parte do subsecretário norte-americano para o desarmamento, John Bolton. Segundo Bustani, o subsecretário exigiu que ele renunciasse ao cargo e se



Bustani presta depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

retirasse de Haia em uma semana porque Washington não gostava do seu estilo.

O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse que talvez tenha faltado um pouco de apoio político a Bustani. Para o senador, o governo brasileiro "poderia ter sido mais agressivo". Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o embaixador merecia um "apoio mais enfático". O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs o início de uma mobilização envolvendo os parlamentos latino-americanos. Ele afirmou que Bustani prestou grande serviço ao Brasil e à Humanidade ao mostrar que a democracia vale a pena.

O autor do requerimento para a realização da audiência, senador Roberto Saturnino (sem par-

tido-RJ), disse que a destituição de Bustani é um "marco na história da evolução da Humanidade" e, por abrir um precedente muito grave, certamente terá repercussões nos demais organismos internacionais. Saturnino propôs ainda que seja dado voto de louvor ao embaixador e voto de protesto aos Estados Unidos em nome da defesa do caráter multilateral de instituições como a Opaq.

Artur da Távola (PSDB-RJ) destacou as ações da diplomacia brasileira no episódio. Segundo ele, o Itamaraty enviou diversas circulares às embaixadas brasileiras afirmando a posição brasileira de apoio a Bustani, destacando sua competência e dedicação no exercício do cargo de diretor-geral da Opaq e acentuando o não-compartilhamento da opinião americana a respeito do embaixador.

Távola disse ainda que, em circular dirigida aos países membros da Opaq, o Itamaraty declarou que não apoiava o afastamento de Bustani e que a delegação brasileira votaria contra. Bustani relatou que as delegações africana e asiática o procuraram para saber qual seria a posição da delegação latino-americana e que a acompanhariam na votação. Ele também afirmou que não recebeu cópia das circulares do Itamaraty.

Suassuna cobra medidas para desenvolver Norte e Nordeste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou às autoridades federais para que se esforcem e não deixem que se complete o segundo ano de inoperância das Agências de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e do Nordeste (Adene). Ele lembrou



Ney Suassuna: agências de desenvolvimento estão inoperantes

que já faz um ano que as antigas Sudam e Sudene foram extintas devido aos casos de corrupção, deixando as Regiões Norte e Nordeste sem as únicas alavancas de desenvolvimento econômico de que dispunham, uma vez que as novas agências ainda não estão funcionando.

— Nós, os nordestinos, os políticos e os empresários, temos nos comportado covardemente. Ficamos paralisados diante de tantos escândalos e nada fizemos. Como ministro, fiz tudo o que pude para

agilizar os processos referentes a convênios e repasses de recursos que não tinham irregularidades.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que a Sudeco também foi extinta sob a pro-

messagem de criação de uma nova agência, que até hoje não apareceu. Maguito disse que se existe corrupção em alguma instituição do governo, os corruptos devem ser punidos, mas não é preciso extinguir as instituições.

Suassuna defendeu a retomada de projetos importantes para o Nordeste, como a Ferrovia Transnordestina, a transposição das águas do Tocantins para o São Francisco e um gasoduto que substitua o carvão vegetal na indústria da região.

Falta planejamento no setor energético, afirma Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) denunciou que não foram consideradas alternativas energéticas nem realizados estudos sobre os impactos ambientais e sociais para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu.



Cândido: não foram realizados estudos para construir hidrelétrica

De acordo com o parlamentar, a barragem irá inundar 7.641 hectares em oito municípios mineiros e fluminenses e irá gerar 195 megawatts de energia.

A construção da usina começa no final deste ano, com previsão de duração de 36 meses, obra com custo estimado em R\$ 288 milhões, que irá desalojar 2,5 mil pessoas, informou o senador.

— A falta de planejamento na área energética salta aos olhos, até mesmo quando se tentam construir novas barragens — afirmou, ressaltando que a crise energética ainda está na memó-

ria dos brasileiros.

Geraldo Cândido destacou que mais de um milhão de pessoas foram desalojadas por barragens nos últimos 30 anos — a maioria agricultores, para os quais não foi deixada alternativa econômica. O parla-

mentar citou dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), segundo os quais mais um milhão de pessoas serão desalojadas por represas até 2015, com a construção de 494 barragens. Hoje, há 19 em construção e mais 39 em fase de outorga.

O senador reconhece que o Brasil precisa de novas fontes de energia, mas ressaltou que o governo precisa ouvir movimentos sociais envolvidos, como o Movimento Internacional contra Barragens, o Movimento dos Atingidos por Barragens e a Coalizão Rios Vivos.

Moreira critica Amazonino por dificultar gasoduto

Maior defensor da construção do gasoduto Uruçu-Porto Velho, que permitirá aos estados da Região Norte utilizar gás natural na produção de energia, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) criticou ontem o governador do Amazonas por impor empecilhos ao início imediato da obra.

Moreira Mendes chamou de esdrúxulo o projeto que o governador Amazonino Mendes apresentou à Assembleia Legislativa definindo como potencialmente danoso para o meio ambiente a condução, sobre ou sob o solo ou a água, de petróleo bruto, gás natural e outros hidrocarburetos. Na opinião de Moreira Mendes, o projeto servirá apenas para atrasar a obra do gasoduto.

O senador disse que, da forma exigida por esse projeto, o gás não poderá ser transportado "por via nenhuma". Também disse que é atribuição da União e não do estado legislar sobre a repercussão ambiental do projeto, que já foi aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em sua opinião, o projeto inova nas regras, chegando ao absurdo de legislar sobre o que devem ou não devem fazer as Agências Nacionais de Petróleo e de Águas.

Na opinião de Moreira, o único propósito do governador do Amazonas é inviabilizar a construção do gasoduto. Por isso, ele apelou ao bom senso do governador, pedindo que ele entenda que o gás natural é uma riqueza não apenas da população amazônica, mas de todo o país.

Suplicy diz que a Abolição não garantiu liberdade

Ao lembrar que no próximo dia 13 de maio a sociedade brasileira comemora o Dia da Abolição da Escravidão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a abolição das leis escravistas não significou a libertação para os negros.

— Lançados num mercado despreparado para receber essa imensa força de trabalho remunerada, passaram a ser ainda mais desassistidos. Até hoje continuam a ser a grande população que habita as favelas, os vãos de viadutos, as filas por emprego, as portas dos hospitais e os presídios.

De acordo com os estudos organizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE), em 1999 os brasileiros afro-descendentes constituíam a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria, disse Suplicy.

O senador afirmou que o rendimento nacional de negros e brancos em salários "registra com transparência meridiana as duas discriminações: a racial e a de gênero". O homem branco, segundo o senador, tem rendimento de 6,3 salários mínimos; a mulher branca, de 3,6 salários mínimos; o homem negro, de 2,9 salários, e a mulher negra, de apenas 1,7 salário mínimo.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) observou que a Lei Áurea "não passou de uma farsa".

Aprovada classificação etária de espetáculos

Projeto que regulamenta dispositivo constitucional determina que programas impróprios para menores de 12 anos deverão ser exibidos depois das 20h. Os que induzem a sexo irão ao ar entre meia-noite e 5h

Emilia destaca evento turístico em Porto Alegre

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) destacou a importância da realização do II Salão Gaúcho de Turismo, realizado em Porto Alegre entre os dias 24 e 28 de abril. A senadora disse que o turismo vem se consolidando no estado como uma atividade geradora de empregos, de valorização da cultura e tradição regionais e de comercialização de produtos.

Segundo Emilia, o evento reuniu 4 mil participantes e expositores que atraíram 45 mil visitantes. Além de servir de vitrine para as zonas turísticas do estado e da venda de artesanato e produtos típicos, o salão patrocinou debates e rodadas de negócios para discutir novas modalidades de turismo no Rio Grande do Sul, tais como o turismo rural, a pesca esportiva, a paleontologia e a rota dos vinhos e gastronomia, ao lado dos tradicionais roteiros integrados da serra gaúcha e da Região das Missões, entre outros.

O governo estadual está promovendo a democratização do debate das ações turísticas, que já resultou em controle de qualidade permanente do turismo, abertura de linhas de crédito do Banrisul, com valor máximo de R\$ 500 mil, para financiar novos empresários do setor, bem como a formação de 22 fóruns regionais de desenvolvimento do turismo, integrados com universidades e o Sebrae, disse a senadora.

Emilia Fernandes afirmou que as ações de turismo no estado pretendem atingir a maior parte das regiões brasileiras e países do Mercosul e da Europa.



Segundo Emilia, salão atraiu mais de 4 mil pessoas

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) regulamentando dispositivo constitucional que prevê a classificação etária para as diversões e espetáculos públicos. A matéria será analisada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto prevê que os programas de televisão impróprios para menores de 12 anos só poderão ser exibidos após as 20h; os não-aconselhados para menores de 14 anos, após as 21h; os inadequados para menores de 16 anos, depois das 22h; e os não-recomendados para menores de 18 anos, após as 23h. Os programas que induzem ao sexo deverão ser veicula-



Projeto de João Alberto será votado em caráter terminativo pela CCJ

lados entre meia-noite e 5h.

O Ministério da Justiça chegou a editar uma portaria, em setembro de 2000, estabelecendo a classificação etária. Mas a medida foi suspensa pela Justiça, a pedido da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), sob o argumento de que a classificação só poderia ser feita por

meio de lei federal. O texto do projeto de João Alberto Souza repete o conteúdo da portaria.

O projeto foi relatado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Argumentando ter dúvidas quanto à constitucionalidade do projeto, o senador Antonio Carlos Junior (PFL-BA) absteve-se de votar.

OUTRAS MATÉRIAS

Foram aprovados em decisão terminativa pela CE dois projetos de alteração de nomes de pontes sobre o Rio Tacutu, em Roraima. O primeiro, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), dá o nome de "João Monteiro Barbosa Filho" à ponte localizada entre os municípios de Bonfim e Normandia. O segundo, apresentado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), denomina "Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho" obra localizada em Bonfim.

A comissão aprovou ainda parecer favorável a projeto de lei da Câmara que dá ao aeroporto de Porto Velho (RO) o nome de "Governador Jorge Teixeira de Oliveira". Receberam ainda parecer favorável da comissão 13 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Deverão operar serviços em frequência modulada a Fundação Cantares de Salomão, em Cuiabá (MT); a Fundação Gilvan Costa, em Olinda (PE); a Fundação Enivaldo dos Anjos, em Barra de São Francisco (ES); a Radiodifusão Novo Mato Grosso, em Denise (MT); a Bebedouro FM, em Passos Maia (SC); a Fundação Educativa Farias, em Hidrolândia (CE); e a Fundação Josefa Álvares, em Vitória do Santo Antão (PE).

Comissão debate em audiência mudança no transporte escolar

A Comissão de Educação (CE) discute hoje em audiência pública, a partir das 10h, projeto da Câmara dos Deputados que transfere da União para os estados, articulados com os municípios, a responsabilidade pelo transporte escolar dos alunos das suas respectivas redes de ensino. A proposta, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tem o objetivo de definir responsabilidades, segundo seu autor, o falecido deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS).

Na justificativa do projeto, ele argumentou que tanto a Constituição federal quando a LDB atribuem à União a responsabilidade pela articulação dos diferentes níveis e sistemas de ensino, para assegurar a igualdade de oportunidades no acesso ao sistema escolar.

DIVERGÊNCIAS

A matéria, entretanto, não está regulamentada, e isso vem ocasionando, em diversas regiões do país, sérias divergências entre o Executivo estadual e os municípios sobre quem deve assumir a responsabilidade de prover as despesas com transporte escolar, segundo afirmou. O objetivo do projeto é reparar a falta de clareza da legislação, o que, segundo o deputado, criou "uma guerra

institucional devido à injustificável radicalização, que não leva em consideração o direito da criação à educação".

O relator do projeto, senador Moreira Mendes (PFL-RO), e também um dos autores do requerimento para a audiência pública, juntamente com o presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), afirmou no entanto, em pronunciamento no Plenário, que o projeto de Nelson Marchezan é prejudicial aos estudantes.

Segundo Moreira Mendes, os estados e municípios precisariam receber ajuda mais efetiva da União para, desse modo, assegurarem o transporte escolar, especialmente para os alunos das escolas rurais, que dele dependem. Ele advertiu para os riscos que o afastamento da União significa para a continuidade do programa.

A professora Miriam Schlikmann, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Educação; o professor Adeum Ilário Sauer, presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação; e Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios, são os convidados para debater o projeto durante a audiência pública.

Projeto regulamenta atuação de profissionais em turismo

Atividades como a organização de estabelecimentos ligados ao turismo e a criação de novas rotas turísticas passarão a ser exercidas por um novo tipo de profissional: o turismólogo. Projeto que regulamenta a profissão apresentado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), foi aprovado por unanimidade e em caráter terminativo, ontem, pela Comissão de Educação (CE). A proposta seguirá diretamente para a Câmara, caso não seja apresentado recurso para que seja analisada também em Plenário.

De acordo com o projeto, a profissão de turismólogo será exercida pelos diplomados em curso superior de Turismo ou



Proposta de Moreira Mendes foi acolhida em caráter conclusivo

Hotelaria. Também estarão habilitados os diplomados em curso similar feito no exterior e os que, embora não diplomados, já exerçam as atividades de turismólogo.

O relator da matéria, senador Álvaro Dias (PDT-PR), disse que a criação de 140 mil empregos diretos no setor, decorrente de investimentos que estão sendo realizados neste ano, por si só já demonstra a importância do turismo. Álvaro lamentou apenas que, por falta de maior estímulo público, cidades ligadas ao turismo, como Foz do Iguaçu (PR), estejam sofrendo problemas decorrentes do desemprego.

Garantia de matrícula é acolhida

Também em caráter terminativo, a CE aprovou projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que classifica como crime de responsabilidade, sujeito à perda do cargo, a recusa, por parte da autoridade competente, de vaga em escolas públicas do ensino fundamental para os filhos

de profissionais que exercem atividade itinerante.

Requião lembra que a realização de espetáculos requer dos artistas e de suas famílias constantes mudanças de domicílio. A garantia de matrícula, acrescentou, pode ajudar a resolver os problemas escolares das famílias desses artistas.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Oposição quer apurar na CFC denúncia de propina

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou que os integrantes dos partidos de oposição membros da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) apresentarão requerimento na reunião de hoje para que sejam investigadas as denúncias veiculadas pela revista *Veja* em sua edição desta semana. A revista informou que o ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, pediu ao empresário Benjamin Steinbruch R\$ 15 milhões por ter articulado a participação de fundos de pensão no consórcio que arrematou a Vale do Rio Doce em leilão.

— Sabemos que o ideal seria abrir uma comissão parlamentar de inquérito. Não por modismo, mas porque, conforme a própria Constituição estabelece, uma CPI teria poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, como requisitar documentos, quebrar sigilos e fazer convocações, independente de a pessoa ser ou não agente público — afirmou Heloísa Helena.

Deverão ser convidados a pres-



Heloísa Helena diz que o ideal seria instalar uma comissão parlamentar de inquérito

tar esclarecimentos, segundo a senadora, as pessoas citadas na reportagem de *Veja*, entre elas Ricardo Sérgio de Oliveira, o ministro da Educação Paulo Renato Souza, o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e o empresário Benjamin Steinbruch.

Heloísa disse esperar que tenha sido “apenas um lapso da personalidade política do citado ou um lapso do jornalista a possibilidade de que algum ex-ministro ou mi-

nistro tenha tomado conhecimento do assunto, sem que se tivesse envolvido sob a alegação de que o caso não estava restrito à sua área de atuação”. Se isso tivesse ocorrido, observou, seria prevaricação.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou que o senador José Serra (PSDB-SP) deveria se oferecer para prestar esclarecimentos sobre o caso, já que ele também foi citado. A reportagem afirma que Serra teria recebido do empresário Carlos Jereissati R\$ 2 milhões, na forma de doação, para sua campanha a senador. Apenas R\$ 95 mil foram registrados junto ao Tribunal Regional Eleitoral.

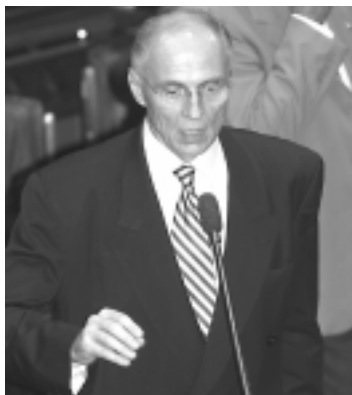
Suplicy também falou da importância de a CFC investigar as denúncias. “Se depois da averiguação ficar claro que não houve procedimento que possa ser considerado inadequado, o Senado terá cumprido sua missão. Se ficar desvendado que houve procedimento incorreto, caberá à comissão encaminhar as conclusões para o Ministério Público.”

Suplicy pretende ouvir todos os citados pela revista

O líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), informou ao Plenário, ontem, que encaminhou requerimento ao presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador Amir Lando (PMDB-RO), propondo que sejam convidados o ministro da Educação, Paulo Renato; o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros; o presidente do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch, e Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do Banco do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de pagamento de propinas no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Suplicy explicou que não incluiu o nome do candidato tucano à Presidência da República, senador José Serra, no requerimento porque espera que ele compareça espontaneamente à tribuna do Senado para tratar do assunto.

— Seria próprio que ele usasse a tribuna para dizer se era realmente tão amigo de Ricardo Sérgio; se recomendou que ele fos-



Na opinião de Eduardo Suplicy, “os fatos parecem graves”

se diretor da área internacional do Banco do Brasil; se recomendou que ele influenciasse os fundos de pensão para formarem o consórcio que adquiriu a Vale. Quando um de nós é citado na imprensa, nosso costume é esclarecer de pronto — disse Eduardo Suplicy.

O senador ressaltou que o Congresso tem entre suas atribuições constitucionais fiscalizar os atos do Poder Executivo, principalmente diante de denúncias como as que foram publicadas pela revista *Veja*, no último fim de semana. De acordo com a re-

portagem da revista, o ex-diretor do Banco do Brasil, também responsável pelo caixa de campanha de José Serra nas eleições para a Câmara dos Deputados, em 1990, e para o Senado, em 1994, teria cobrado de Benjamin Steinbruch, empresário que liderou a compra da Vale, uma propina no valor de R\$ 15 milhões, a título de pagamento de comissão por seu trabalho para reunir os fundos de pensão em torno de seu consórcio.

Suplicy rebateu as críticas do líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), que em pronunciamento anterior havia acusado a senadora Heloísa Helena e a ele próprio de terem, em apartes, envolvido José Serra nas denúncias publicadas pela revista.

— Não fomos nós que trouxemos o nome de Serra para cá — observou Suplicy.

O senador petista acrescentou que, diante dos depoimentos e das denúncias publicadas por *Veja*, seria estranho que o Partido dos Trabalhadores e as oposições não tivessem nenhum interesse em averiguar os fatos, “que parecem graves”.

Gilvam Borges pede que Fernando Henrique troque candidato tucano

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apelou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que retire da corrida sucessória a candidatura do senador José Serra (PSDB-SP). Ele disse fazer o apelo em seu nome e no de grande parte dos seus colegas do PMDB. Gilvam ainda chamou José Serra de “o príncipe da antipatia nacional”, e disse que partiu do candidato a estratégia que tirou Roseana Sarney do páreo sucessório.

Mal Gilvam Borges terminou de falar, o líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), pediu à Mesa que informasse se o orador se manifestava em nome da liderança do seu partido. Geraldo Melo estranhou o discurso feito em nome de companheiros do PMDB, exatamente o partido que está concluindo a discussão de uma aliança com o PSDB para apoiar a candidatura de José Serra e indicar o vice dessa chapa.

Gilvam Borges começou seu discurso dizendo que Roseana Sarney renunciou à candidatura sob o peso de “uma estratégia muito bem elaborada pelo comando de inteligência de que todo o país tem conhecimento”. Disse que o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, não está livre de ser envolvido num escân-



Gilvam Borges afirma que matéria de *Veja* é apenas “a ponta do iceberg”

dalo. A denúncia que a última edição da revista *Veja* trouxe contra o empresário Ricardo Sérgio de Oliveira, que arrecadou recursos para as campanhas de José Serra, foi definida por Gilvam Borges como a comprovação de que quem com ferro fere com ferro será ferido.

— Aqueles que se utilizam dos instrumentos da difamação e da maldade para tentar derrotar seus adversários têm que pagar por isso — acrescentou.

Ao pedir que o presidente da República retire a candidatura de José Serra, Gilvam afirmou que a matéria de *Veja* é apenas “a ponta do iceberg”.

Para Jefferson, Serra deve dar explicações ao Senado e à nação

Lembrando que nunca utilizou a tribuna do Senado para atacar a honra de ninguém, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o senador e pré-candidato à Presidência da República José Serra (PSDB-SP) deve explicações ao Senado e à nação sobre as denúncias publicadas pela revista *Veja*, envolvendo seu ex-arrecadador de recursos financeiros para campanha eleitoral e ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira.

— Está faltando a principal personagem nesse debate. José Serra é membro desta Casa e pré-candidato à Presidência da República. Ele deveria estar aqui explicando o que a grande imprensa está denunciando e poupar os líderes do seu partido e do governo do constrangimento de defendê-lo no Plenário. O presi-



Segundo Jefferson Péres, “está faltando a principal personagem nesse debate”

dente Fernando Henrique também deve explicações à nação, pois não se interessou pela apuração da denúncia que lhe foi levada por dois ministros e manteve Ricardo Sérgio na diretoria do Banco do Brasil — assinalou.

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Melo defende Serra: "Que respeitem a honra de quem soube ser honrado"

O líder do bloco PSDB/PPB, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), fez ontem em Plenário defesa do senador José Serra (PSDB-SP), por causa da denúncia contra seu tesoureiro de campanha, o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira.

Segundo reportagem publicada pela revista *Veja*, Ricardo Sérgio teria pedido ao empresário Benjamin Steinbruch uma propina de R\$ 15 milhões para ajudá-lo na formação do consórcio que acabou vencendo o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A revista procurou estabelecer conexão entre Serra e Ricardo Sérgio, com base no fato de que este último atuou arrecadando fundos para campanhas eleitorais do senador paulista. Além disso, Serra, de acordo com a revista, continuou mantendo estreito contato com Ricardo Sérgio.

Para Geraldo Melo, José Serra é parte da denúncia "tanto quanto todos os que aqui estão, pois ninguém aqui foi citado naquele episódio, nem ele". Para o re-

presentante potiguar, a única razão para o envolvimento do senador no episódio é político-eleitoral, já que Serra é pré-candidato, por seu partido, à Presidência da República.

— O fato de quererem ligá-lo a esse cidadão que um dia tenha tido a posição de colaborador em campanhas eleitorais não o torna responsável pelo comportamento dele. Esse cidadão pode ter sido tesoureiro, pode ter sido arrecadador, pode ser irmão, pode ser gêmeo, pode ser pai, pode ser filho, pode ser o que for do senador José Serra, mas José Serra é responsável pelo que José Serra faz e não pelo que possam ter feito, ou que se possa insinuar que fizeram quaisquer pessoas que tenham tido, em algum momento, algum tipo de relação com o partido a que ele pertence — afir-



Geraldo Melo destaca que o governo nunca se opôs à averiguação de denúncias

mou Geraldo Melo.

O parlamentar disse que o governo nunca se opôs à averiguação de qualquer tipo de denúncia ou ao esclarecimento de qualquer assunto. Lembrou que o Ministério Público, "apesar de alguns exageros", tem presta-

do um grande serviço à moralização dos costumes, tanto na administração pública como na atividade política. Citou também a Justiça e a polícia, que funcionam com todas as garantias constitucionais.

— E se há alguém que tenha cometido algum tipo de deslize, mais ou menos grave; se há alguém que tenha saído por aí pedindo bola, pedindo comissão, pedindo propina, por esse ou por aquele motivo; se isso foi pago ou não; se alguém entende que isso envolve interesse público, que seja apurado. E se

alguém for encontrado em culpa, que seja punido.

Geraldo Melo destacou os 40 anos de vida pública de José Serra, ressaltando que "a única coisa que se disse contra ele foi que ele é antipático". O parlamentar disse que não pode admitir que o Brasil seja "um país que não vale a pena ser honrado".

— Então não vale a pena ter integridade? Então não vale a pena viver uma vida inteira de seriedade, de austeridade? Por que qualquer irresponsável pode jogar na cara de um homem de bem suspeitas infundadas? — perguntou o senador, pedindo que, "se houver alguém para punir, neste caso ou em qualquer outro, que se puna".

O líder do bloco destacou ainda que o episódio agora abordado pela revista não ocorreu em ano eleitoral, não havendo, portanto, tesoureiro de José Serra na ocasião.

— Tudo que peço a esta Casa e ao Brasil é que, se tiverem que apurar, que apurem, mas que respeitem a honra de quem soube ser honrado a vida inteira — finalizou.



Mozarildo: globalização e baixo crescimento da economia agravam desemprego

Mozarildo pede mais emprego para os jovens

Ao observar o aumento significativo do desemprego nos países da América Latina, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) manifestou preocupação com a falta de oportunidades de trabalho para os jovens brasileiros. O parlamentar citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo os quais há, na faixa dos 18 aos 24 anos, crescimento acentuado do desemprego, que passou de 9,6% para 14,6% no período de 1992 a 1999.

O senador destacou ainda dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) dando conta do aumento do desemprego em São Paulo para alertar sobre a falta de perspectiva de trabalho para os jovens. Segundo o Dieese, mais de 1,8 milhão de pessoas — cerca de 19% da população economicamente ativa — estão desempregadas naquele estado. Na opinião do parlamentar, os números refletem o descaso oficial com a formação de mão-de-obra visando inserir os jovens no mercado de trabalho.

Na avaliação do senador, os efeitos da globalização e o baixo índice de crescimento da economia nos últimos anos só agravam o problema, já que as grandes empresas cada vez mais se automatizam e eliminam postos de trabalho, numa política deliberada de aumento de lucros e redução exagerada de custos, fazendo recair sobre a mão-de-obra parte do ônus.

Mozarildo culpou a política governamental por ter favorecido o crescimento do setor financeiro e o enriquecimento dos bancos, assim como pela falta de novos postos de trabalho no Brasil.

— Nos bancos, vemos o automatismo destruindo empregos de forma vertiginosa, pois os caixas automáticos não apenas dispensam funcionários, como obrigam o cliente a realizar as tarefas que antes eram realizadas pelos empregados.

Artur da Távola repele "o oportunismo eleitoral"

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), refutou ontem com veemência em discurso insinuações de que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o pré-candidato à Presidência pelo PSDB, senador José Serra (SP), estariam envolvidos na suposta tentativa do ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira de cobrar propina na privatização do setor siderúrgico.

— Há exploração política de um fato jornalístico. Onde existe envolvimento do senador José Serra ou do presidente da República nesta questão? Vemos pedaços de frases



Para Artur da Távola, a ética é o fundamento da ação política do PSDB

tiradas de um que falou para outro, que disse a outro. Pois apuremos o que tiver de ser apurado. Mas repelimos o oportunismo eleitoral — sustentou. Artur da Távola observou que se sente à vontade para

defender a honradez do senador José Serra por ter levantado a voz, no ano passado, para defender o governador petista Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, à época acusado de ser envolvido com bicheiros, "coisa que nunca se provou". Ele lamentou que agora se ouçam insinuações de parlamentares do PT de forma "injusta" e "irônica".

— E nesse oportunismo eleitoral, de novo se ameaça com CPI. Lembro que foi feita a CPI do Proer, com nosso apoio. Ela terminou com elogio. E este mesmo partido, que já pregou o fechamento do nosso mercado, que já considerou o mercado financeiro a grande chaga deste país, que

já se disse socialista, estatizante, hoje mascara tudo isso numa posição de oportunismo eleitoral. Quais integrantes deste partido hoje se levantam contra a política econômica proposta por seu candidato à Presidência? Nenhum — acrescentou o líder do governo no Senado. Para Távola, o candidato do PSDB à Presidência não faz da ética e da moralidade sua principal bandeira. "Para nós, a ética não é a finalidade de nossa ação política. A ética é o fundamento da nossa ação política. Com ela, agimos. Não somos políticos por ser éticos. Somos éticos e por isso somos políticos."

Conselhos da Unilegis serão instalados hoje

Ramez Tebet preside solenidade às 10h, no Plenário, e ministro do Supremo Maurício Corrêa profere aula magna. Universidade dará cursos para servidores das duas Casas do Congresso, assembleias e outros órgãos

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) terá os seus conselhos Superior e Universitário instalados hoje, às 10h, pelo presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, em solenidade no Plenário da Casa. A Unilegis é vinculada ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e tem como principal objetivo a geração, transmissão e aplicação de conhecimento no âmbito das competências parlamentares, em especial a organização e os processos legislativos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Após a instalação dos dois conselhos, o ex-senador e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Maurício Corrêa proferirá a aula magna da Unilegis.

A Unilegis vai oferecer cursos



Agaciél: instituição representa salto de qualidade no trabalho dos servidores dos Legislativos



Raimundo Carreiro declarou que Unilegis vai aperfeiçoar e difundir conhecimentos



Florian Madruga afirmou que entidade concorrerá para fortalecer a democracia

presenciais e a distância, totalmente gratuitos, de pós-graduação, especialização e extensão para os funcionários do Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais do país e ainda para as pessoas que trabalham em órgãos ligados ao Tribunal de Contas da União (TCU). Posteriormente, a universidade pretende atingir os Legislativos

dos países latino-americanos e os de língua portuguesa.

Na opinião do diretor-executivo do ILB, Florian Augusto Coutinho Madruga, há uma expectativa muito grande de que a Unilegis seja um vetor positivo das atividades do Poder Legislativo, já que vai proporcionar cursos de qualidade para funcionários de todo o país. O primeiro curso a funcio-

nar na Unilegis é o de Direito Legislativo, inicialmente destinado aos servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e do TCU. Florian Madruga explica que não haverá vestibular e que os critérios para o ingresso na Unilegis ainda serão definidos.

– Acredito que a instalação da universidade vai ser um divisor de águas para o Legislativo, uma vez que os funcionários do Poder, não somente de Brasília, vão ter uma capacitação mais aprimorada para assessorar os parlamentares. A Unilegis vai fortalecer a democracia, já que um maior número de pessoas terá mais cons-

ciência do seu trabalho – afirmou o diretor-executivo do ILB.

O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, que faz parte do Conselho da Unilegis, disse que a nova instituição representa um salto de qualidade no trabalho dos servidores dos Legislativos.

– O envelhecimento de métodos de gestão pública acaba por prejudicar o cumprimento das missões governamentais – afirmou, apontando para o compromisso do Senado com os “ciclos reformistas”.

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, destacou que a instalação da Unilegis será um passo significativo para atrair estudiosos do ramo do Direito Constitucional.

– Vamos aperfeiçoar e difundir ainda mais o conhecimento sobre processo legislativo – disse Carreiro.

Dirigentes ressaltam a importância das ligas para mudanças no futebol

O presidente da Liga Brasileira de Futebol Profissional, Fábio Koff, afirmou que a entidade está enfrentando uma “resistência terrível” para conseguir seu reconhecimento junto à Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Durante audiência pública na Subcomissão do



Presidentes da Liga Brasileira de Futebol, do conselho deliberativo do Atlético Mineiro e do Palmeiras são ouvidos pela Subcomissão do Esporte

Esporte, ele explicou que o problema é político, já que a CBF e as federações não aceitam a liga.

Fábio Koff informou que a liga foi protocolada junto à CBF em 26 de março. Em 8 de abril, afirmou, as federações se reuniram com a CBF em assembleia geral e, “exorbitando de sua competência, baixaram resolução praticamente vedando o registro das ligas”.

O presidente do conselho deliberativo do Clube Atlético Mineiro, Alexandre Kalil, disse que a CPI do Futebol promovida pelo Senado criou o momento histórico para implantação das ligas. Segundo declarou, depois dos fatos apurados pela CPI, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, “tornou-se refém

das federações estaduais de futebol”. A decisão de não reconhecer as ligas, para ele, foi imposição das federações.

O presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras, Mustafá Contursi, observou que as federações têm sido o maior entrave para a “nova ordem” que se deseja implantar no futebol brasileiro.

VANTAGENS

Durante o debate, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) perguntou a diferença entre a administração do futebol pela CBF e por uma liga. Fábio Koff lembrou que, quando a CBF organizava o Campeonato Brasileiro, a Rede Globo pagava R\$ 10,8 milhões pela competição. Hoje o Clube dos 13 rece-

be da emissora US\$ 80 milhões.

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) sugeriu que os clubes passem a organizar os campeonatos, independente da vontade da CBF. O presidente da subcomissão, senador Geraldo

Althoff (PFL-SC), informou que foi aprovado pelo Ministério do Esporte e Turismo moção no sentido de agilizar os procedimentos referentes ao processo disciplinar na Justiça Desportiva.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu aos convidados avaliação sobre a posição dos clubes do Rio de Janeiro de se retirarem da Liga Brasileira. Os três foram unânimes em considerar a decisão um erro, dizendo acreditar que os clubes voltarão atrás. O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) recebeu apoio dos convidados ao afirmar que a obrigatoriedade de todos os clubes brasileiros se transformarem em empresa poderá inviabilizar o futebol no país.

Maguito elogia projeto sobre desporto

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiou o projeto de lei que trata do esporte brasileiro, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Executivo. Ele ressaltou que a proposta incorpora sugestões da comissão parlamentar de inquérito (CPI)

que investigou, no Senado, irregularidades no futebol.

Segundo Maguito, o projeto está sendo chamado de “lei de responsabilidade do futebol brasileiro” e deve ser aprovado pelo Congresso. O senador destacou dois pontos fundamentais: a permissão para que o Ministério Público investigue os dirigentes dos clubes e a exigência da publicação de balanços periódicos pelos clubes, auditados por empresas independentes.

– A interferência externa é benéfica na fiscalização das administrações. O futebol brasileiro é um patrimônio público e como tal deve ser gerido e fiscalizado.

O senador ressaltou, entretanto, a necessidade de ajustes na proposta. Para ele, a obrigatoriedade de que todos os clubes se transformem em empresas é des-



Maguito: projeto está sendo chamado de lei de responsabilidade do futebol

cabida e pode impedir a atividade de centenas de agremiações do interior do país.

– Uma saída seria manter essa obrigação para os grandes clubes, que disputam os campeonatos nacionais e os campeonatos esta-

duais da primeira divisão.

ELEIÇÕES

Maguito agradeceu à Comissão Diretora do Senado a inclusão, na Ordem do Dia, da proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que proíbe mais de uma reeleição para os dirigentes esportivos. Ele destacou o apoio do ministro do Esporte e Turismo, Caio Carvalho, à iniciativa. Na presidência da sessão, o 1º secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PTB-PE), anunciou que a PEC deverá ser votada em primeiro turno no próximo dia 15.

O senador informou ter apresentado requerimento para voto de aplauso ao treinador da Seleção, Luiz Felipe Scolari, e sua comissão técnica. Maguito afirmou que a escolha dos jogadores demonstrou “coerência e firmeza de caráter”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson, Mozarildo Cavalcanti, Antero Paes de Barros e Moreira Mendes